

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO MPLA SOBRE A CONTA GERAL DO ESTADO DE 2016

Sua Excelência Presidente da Assembleia Nacional;

Senhores Deputados, Excelências Auxiliares do Titular do Poder Executivo

Angolanas e angolanos, caros compatriotas,

Neste mês em que completamos 58.^o aniversário do início da Luta Armada, aproveito felicitar todos angolanos pela comemoração da efeméride que nos conduziu à Independência Nacional. Estamos aqui, para mais uma vez, analisarmos a Conta Geral do Estado de 2016, mantendo a tradição desta augusta Assembleia representativa de todos angolanos, exercer a função de controlo e fiscalização do Poder Executivo e demais instituições que utilizam recursos financeiros do Estado Angolano.

Exas, Sr Presidente da NA, Deputados, representantes do Titular do Poder Executivo;

Angolanas e Angolanos, caros cidadãos,

Ao apresentar a Conta Geral do Estado de 2016, o nosso Executivo vem brindar-nos com um volume de informações tais, que permitem a todos nós, enquanto representantes do povo que nos elegeu, avaliar o desempenho das finanças públicas no seu geral, bem como o efeito desse mesmo desempenho na vida da economia e da sociedade, a exemplo das seguintes realizações ao nível dos investimentos públicos em infra-estruturas económicas e sociais:

1. Reabilitação de infra-estruturas de transporte-----47,5 mil milhões de Kz;
2. Fomento e desenvolvimento da actividade económica-----15,8 mil milhões de Kz;
3. Expansão da capacidade de energia eléctrica-----107,6 mil milhões de Kz;

4. Reabilitação e expansão de infra-estruturas de água e saneamento—40,8 mil milhões de Kz;
5. Melhoria da qualidade do ensino superior-----11,6 mil milhões de Kz;
6. Desenvolvimento rural e combate à pobreza.....12,8 mil milhões de Kz.

Estas informações ganham maior relevância pelo facto de estarem acompanhadas do parecer competente do Tribunal de Contas, conferindo-lhes a seriedade e a transparência necessárias para que as nossas avaliações sejam as mais próximas da verdade. Por esse facto, felicitamos o Executivo e o Tribunal de Contas pelo trabalho efectuado.

Conforme refere o parecer do Tribunal de Contas, cito: *“Ao emitir o Relatório e Parecer, o Tribunal de Contas subsidia por um lado a Assembleia Nacional com uma análise técnica competente, profunda e sustentada sobre um instrumento indispensável à avaliação da transparência e boa governação com que deve ser executado o OGE, com vista ao exercício do controlo externo, conforme previsto no n.º 2 do artigo 63.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho; E, por outro lado, permite que a sociedade possa ter um conhecimento da actividade governativa que é desenvolvida pelo Executivo, quer pela abrangência da análise, quanto pela amplitude dos entes que convergem para esta nobre tarefa de satisfação do interesse público”,* fim de citação. Por outro lado, o mesmo parecer refere ainda, e volto a citar: *“Através do Parecer, o Tribunal de Contas procura ainda exercer o carácter pedagógico como forma de apoiar os gestores nas suas actividades e com isso contribuir para a melhoria da sua gestão e processo decisório na execução do OGE”.*

Excelência PAN, Srs Deputados, Exas Representantes do Titulares do Poder Executivo, caros compatriotas,

Estas citações são a demonstração inequívoca do interesse e do desejo deste órgão e, por consequência, das instituições do Estado no seu todo, de mostrar com transparência os factos ocorridos no processo de gestão da coisa pública, independentemente dos juízos de valor que possam ser feitos sobre esses factos, como os que estão a ser

apresentados neste hemicycle, apenas possíveis porque efectivamente os dados assim o permitem, dando espaço para a acção da liberdade democrática que vai caracterizando cada vez mais a nossa sociedade.

Ao apreciarmos a Conta Geral do Estado, estamos a realizar um acto de fiscalização que *incide sobre todas entidades públicas que exercem funções materialmente administrativas com eficácia externa, nomeadamente, serviços da Administração Central directa e indirecta do Estado, da Administração autónoma e da Administração independente*. É o que vem estatuído no n.º 1 do artigo 300.º do Regimento da Assembleia Nacional, que vem concretizar o previsto nos artigos 104.º/4 e 162.º, todos da Constituição da República de Angola.

Excia, Sr PAN, Srs Deputados, Exas Representantes do Titulares do Poder Executivo, caros compatriotas,

Não é correcto dizer-se que o Acórdão do Tribunal Constitucional de 2013, proibiu ou impediu, o exercício do Controlo e da Fiscalização do Parlamento ao Poder Executivo ou entidades que fazem uso de recursos públicos, considerando que a Assembleia Nacional dispõe de vários poderes e mecanismos de fiscalização que não pararam, aqui demonstradas pelas seguintes razões:

- A Conta Geral do Estado de 2011, foi aprovada pela Resolução da Assembleia Nacional n.º 36/13, de 20 de Dezembro; a Conta Geral do Estado de 2012, foi aprovada pela Resolução nº 51/14 de 03 de Setembro, e a Conta Geral do Estado de 2013, foi aprovada pela Resolução da Assembleia Nacional n.º 2/16, de 3 de Fevereiro, provando que esta Assembleia tem aprovado com regularidade as contas Públicas, exercendo assim a fiscalização das Contas, mesmo depois daquele Acórdão;
- As Comissões de Trabalho Especializadas continuam a sair em Delegações para visitas de controlo e fiscalização em todas instituições públicas, como tribunais, hospitais, escolas, universidades e projectos sociais;
- O Parlamento não tem competências de julgar, mas sim de legislar e cooperar com outros órgãos de soberania. Foi o que fez, ao adequar

o Regimento de 2012, revogando-o e, aprovando o actual de 2017 que, parece não ter sido estudado ou conhecido com minúcia por quem diz não existir fiscalização;

- A adequação do Regimento da Assembleia Nacional em 2017, veio clarificar normas que haviam sido declaradas inconstitucionais naquele Acórdão do Tribunal Constitucional (n.º 319/13; que é inapelável.
- Entenda-se que todos cidadãos e instituições devem respeitar as decisões dos tribunais, salvo recurso ao Tribunal imediatamente superior, para interpor recurso ou órgão competente, neste caso, é o Tribunal Constitucional, não havendo recurso;

Excia Presidente da AN, Srs Deputados e auxiliares do Titulares do Poder Executivo;

Angolanas e Angolanos, caros concidadãos;

No campo dos julgamentos e das opiniões, podemos afirmar que esta Conta Geral do Estado revela o conjunto de fragilidades ainda existentes no processo de desenvolvimento do Estado e das suas instituições, o que levou o MPLA, tendo oportunamente identificado grande parte dessas fragilidades, a adoptar um conjunto de medidas e programas de reformas, consubstanciadas na palavra de ordem “Melhorar o que está bem, corrigir o que está mal”. Pois, conforme referem, tanto o parecer do Tribunal de Contas, quanto o Relatório Parecer Conjunto, o que está mal para ser corrigido encontra-se plasmado nesses documentos, acreditando que o nosso Executivo desenvolverá todos os esforços para corrigi-las a seu tempo.

Aliás, este é o sentido das políticas expressas num dos eixos apresentados no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 – 2022 (PDN), nomeadamente: o eixo nº 4 “Consolidação da paz, reforço do Estado democrático e de direito, boa governação, reforma do Estado e descentralização”, cujas políticas são, nomeadamente: 1) o reforço das bases da democracia e da sociedade civil e boa governação; 2) reforma do

Estado e modernização da administração pública e; 3) Descentralização e reforço do poder local.

Exas PAN, Deputados e auxiliares do Titular do Poder Executivo

Tudo aquilo que no momento actual está a ser desenvolvido pelo Estado, fica justificado ou amparado nessas políticas.

Dito isto, Senhor Presidente, senhores Deputados, é importante também referirmos aqui que não obstante a desaceleração e abrandamento da economia na arena nacional e internacional provocados pela baixa de preços do petróleo que é nosso principal activo, e as fragilidades encontradas na Conta Geral do Estado de 2016, acções importantes foram realizadas. A taxa de execução financeira nesse ano por exemplo, para o Sector Social foi de 60%, do Sector Económico 77%, Sector de Defesa e Segurança 93%, Serviços Públicos Gerais 78%

Essas acções e execuções financeiras, permitiram, tal como dissemos acima, não só manter a funcionalidade das próprias instituições do Estado, mas também, aí onde foi possível, assegurar os serviços públicos mínimos para garantir a continuidade da Nação e da sociedade, como o são os casos dos investimentos nas infra-estruturas fundamentais de água, electricidade e saneamento básico, nos serviços educacionais e hospitalares, na segurança nacional e ordem interna, no apoio ao desenvolvimento do sector privado, tudo isso realizado, numa altura em que a crise financeira atingiu o seu estado mais crítico, a par do ano de 2017

Excia Presidente da Assembleia Nacional, Senhores Deputados, caros concidadãos

O Relatório Parecer Conjunto sustenta as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas, contudo o Grupo Parlamentar do MPLA reforça três delas, nomeadamente:

1. A concretização do estabelecido no Artigo 58º, nº3, da Lei nº 15/10 de 14 de Julho “Lei do Orçamento Geral do Estado”, segundo o qual, “Devem ainda compor a Conta Geral do Estado, os elementos seguintes: b) relatório sobre os resultados da gestão orçamental,

financeira e patrimonial, destacando-se a actividade financeira do Estado, nos domínios das receitas, despesas, tesouraria e créditos públicos, bem como o impacto social e económico das operações do Governo, destacando este último aspecto, de maneira a permitir a recolha de indicadores que sejam objectivamente comprováveis e facilitem o trabalho dos Deputados no processo de fiscalização política dos actos do Executivo;

2. Relativamente à contratação pública, e no âmbito da verificação física do Programa de Investimento Público, foi possível observar a existência de obras com execução financeira superior a física, obras paralisadas, obras não executadas, obras não inscritas no PIP e contratos não visados pelo Tribunal de Contas. Assim sendo, torna-se imperioso que se concluam com a maior brevidade possível as reformas neste domínio, que assegurem a fiabilidade, a eficácia e a efectividade, não só do processo administrativo da contratação pública, mas também e essencialmente, a qualidade dos investimentos.
3. Relativamente às providências legislativas sugeridas, nomeadamente as referentes à inconformidade entre a Lei que Aprova o Orçamento para cada exercício financeiro e a Lei n.º 15/10, de 14 de Julho; sobre o sistema contabilístico do Estado e sobre as Empresas Públicas.

Finalmente, Senhor Presidente, caros Deputados, com todos esses argumentos de razão, confirma-se que existe desconhecimento das normas do novo Regimento da Assembleia Nacional e até, certa confusão do papel político, legislativo e de fiscalização do Parlamento aos demais poderes, pois, o que ouvimos na imprensa pelos nossos detractores, mostram uma amnésia ou desconhecimento dos mecanismos de controlo e fiscalização e os limites constitucionais, por isso, apelamos a esta magna Assembleia, a aprovar, a Conta Geral do Estado de 2016 e as recomendações apresentadas, como ocorre em todas as democracias.

Tunasakwila, Twapandula, Twasakidila, Tutondele ou Muito Obrigado

Luanda, 20 de Fevereiro de 2019

AMÉRICO ANTÓNIO CUONONOCA, PGP-MPLA